

Educação da Inteligência e da Vontade na Psicologia do Educador Padre Leonel Franca S.J

*The Education of Intelligence and Will
in the Philosophical Psychology of
Leonel Franca*

Raquel Martins Assis

Professora Assistente da Faculdade de
Educação da Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil
Doutora em Educação - Universidade Federal
de Minas Gerais
rmassis.ufmg@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/7757082396773256>
<https://orcid.org/0000-0001-5248-1131>

Marina Massimi

Professora Senior do Instituto de Estudos
Avançados da Universidade de São Paulo,
Brasil
Doutora em Psicologia pela Universidade de
São Paulo, Brasil
mmassimi3@yahoo.com
<http://lattes.cnpq.br/1824675277001228>
<https://orcid.org/0000-0001-9103-9960>

Resumo: O artigo apresenta pesquisa em História da Psicologia, que analisa relações entre inteligência e vontade na estrutura e funcionamento psicológico do ser humano elaboradas no universo cultural da Companhia de Jesus e sistematizadas pelo jesuíta brasileiro Padre Leonel Franca (1893-1948). Verifica-se em que medida as conceituações sobre Psicologia revelam aspectos de continuidades ou de descontinuidades com as ciências da alma desenvolvidas pela Companhia, principalmente nos Tratados dos Conimbricenses. Foram utilizados os conceitos de intelectual mediador, segundo Gomes e Hansen, e de tradição de pertença elaborado por Massimi. As fontes analisadas foram livros e conferências de Leonel Franca. Evidenciou-se aspectos de continuidade com a Antiga Companhia de Jesus por meio da adoção da matriz aristotélico-tomista. Essa matriz é associada à apropriação de estudos da Pedagogia e da Psicologia da época.

Palavras-chave: História da psicologia; Companhia de Jesus; Formação de professores

Abstract: The article presents research in the History of Psychology, which analyzes relationships between intelligence and will in the structure and psychological functioning of the human being elaborated in the cultural universe of the Society of Jesus and systematized by the Brazilian Jesuit Father Leonel Franca (1893-1948). It is verified to what extent the concepts about Psychology reveal aspects of continuities or discontinuities with the sciences of the soul developed by the Company, mainly in the Treatises of the Conimbricenses. The concepts of intellectual mediator, according to Gomes and Hansen, and tradition of belonging elaborated by Massimi were used. The sources analyzed were books and conferences by Leonel Franca. Aspects of continuity with the Ancient Society of Jesus were highlighted through the adoption of the Aristotelian-Thomist matrix. This matrix is associated with the appropriation of Pedagogy and Psychology studies of the time.

Keywords: History of psychology; Society of Jesus; teacher training

Introdução

Esse artigo apresenta relações entre inteligência e vontade na estrutura e funcionamento psicológico do ser humano a partir das propostas de Psicologia elaboradas no âmbito do universo cultural da Companhia de Jesus¹ e sistematizadas pelo jesuíta brasileiro Padre Leonel Edgard da Silveira Franca (1893-1948). Trata-se de um estudo em História da Psicologia que pretende trazer contribuições ao campo da Educação e da História, evidenciando a Psicologia proposta por Leonel Franca e suas relações de continuidade com a Antiga Companhia de Jesus².

Leonel Franca, religioso da Companhia de Jesus, fez sua formação em Filosofia e Teologia na Universidade Gregoriana de Roma e ordenou-se sacerdote em 1923. Tornou-se professor dos Colégios Anchieta, em Nova Friburgo, e Santo Inácio, no Rio de Janeiro. Destacou-se como um importante protagonista do campo educacional, atuando por dezessete anos no Conselho Nacional de Educação (CNE), criado em 1931 durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e ligado ao Ministério da Educação e Saúde Pública sob o encargo de Francisco Campos (Fabrício, 2020). Travou diálogos e debates com intelectuais reconhecidos no campo da educação e da cultura, tais como Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Gustavo Capanema (1900 – 1985), Anísio Teixeira (1900 – 1971), Lourenço Filho (1897 – 1970), Jonathas Serrano (1885 – 1944), entre outros (OLIVEIRA, 2021). Foi integrante do Instituto Católico de Estudos Superiores do Centro Dom Vital³, a partir do qual ele e Alceu Amoroso Lima deram impulso à fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1948. Ali se instalou um

¹ A Companhia de Jesus é uma Ordem religiosa fundada por Inácio de Loyola, em 1534. Durante os séculos seguintes teve grande expressão por meio de seus missionários enviados para os territórios das Índias e de seus Colégios. Foi suprimida pelo Papa Clemente XIV, em 1774, sendo que os jesuítas tiveram que exilar-se. Em 1782, a Companhia foi restaurada pelo Papa Pio VI, tornando-se novamente uma Ordem presente no mundo todo até os dias atuais.

² Na historiografia contemporânea, encontramos a história da Companhia de Jesus vista por dois momentos: a Antiga e a Nova Companhia (COLOMOBO, ROCHINI, 2014)

³ O Centro Dom Vital foi uma associação fundada em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa de Jackson de Figueiredo (1891 – 1928), com a colaboração de Dom Sebastião Leme (1822 – 1942), arcebispo do Rio de Janeiro e um dos principais líderes católicos do século XX. Depois da morte de Jackson de Figueiredo, o Centro Dom Vital passou a ser dirigido por Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983). Reuniu intelectuais, religiosos e leigos, com expressiva atuação em âmbitos sociais, culturais, científicos e políticos da época, tornando-se um importante centro de organização e divulgação da produção católica no Brasil e na América Latina. O Instituto Católico de Estudos Superiores, ligado ao Centro Dom Vital, foi criado em 1932 como uma experiência para a fundação de uma Universidade Católica (ARDUINI, 2011).

curso de Pedagogia na Faculdade de Filosofia e o primeiro curso autônomo de Psicologia do Brasil, em 1953 (YAMAMOTO, 2006; OLIVEIRA, CAMPOS & SKALINSKY JÚNIOR, 2019).

A partir da década de 1920, reformas educacionais ocorridas em diversos estados brasileiros, vinham preconizando novos modos de educar sob a influência de modelos importados principalmente da Europa e dos Estados Unidos. De forma geral, essas reformas estavam articuladas a preceitos da Escola Nova, isto é, um movimento de grupos de educadores e de cientistas europeus e estadunidenses que lutavam por renovação no campo educacional e defendiam a necessidade de organizar a Pedagogia por meio de parâmetros científicos. A Escola Nova, embora não possa ser entendida como um movimento homogêneo, tinha algumas características gerais: posicionava-se contra a educação tradicional, vista como livresca, coercitiva e dependente da memorização para a aprendizagem; defendia a inovação e a organização científica dos programas escolares, bem como dos métodos educacionais; criticava a disciplina e a lógica hierárquica existente na escola onde o mestre encarnava a autoridade; colocava a criança no centro da ação educativa, adotando a avaliação das características psicológicas e físicas dos alunos como parâmetro para melhor educa-los (GUTIERREZ, BESSE, PROST, 2012; VIDAL, 2013; BRAVO, 2019). A avaliação dessas características obedecia aos métodos experimentais que vinham sendo desenvolvidos pela Psicologia, entendida como base técnica e ciência fundamental para a organização da Pedagogia científica.

Franca foi um educador atento às reformas e renovações educacionais propostas em sua época, elaborando propostas de Psicologia tomista e de Educação ativa⁴ para formação de professores. A Psicologia tomista caracterizava-se pela adoção de concepções de São Tomás de Aquino para a compreensão da estrutura e funcionamento do psiquismo humano. Em cursos e conferências proferidas em diversas instituições educacionais, Franca discutiu as relações entre sensibilidade, inteligência e vontade, considerando o desenvolvimento da personalidade a partir da perspectiva tomista. A meditação propiciada pelos Exercícios Espirituais era um dos aspectos capazes de fortalecer o desenvolvimento da personalidade, aspecto bastante divulgado por Leonel Franca.

⁴ Entre os partidários da Escola Nova, encontrava-se o grupo ligado ao Instituto Jean Jacques Rousseau em Genebra, dirigido por Édouard Claparède (1873-1940) e Pierre Bovet (1878-1965). Claparède defendia uma educação ativa, baseada no interesse e na atividade do aluno. No Brasil, essa vertente da Pedagogia e da Educação ficou conhecida como Escola Ativa (ASSIS, 2016)

Na ótica jesuítica, os Exercícios Espirituais constituíam-se como um método de formação da vontade com objetivo de contribuir ao aperfeiçoamento moral da pessoa. Foi redigido por Inácio de Loyola a partir da observação interior de seu espírito, o que lhe pareceu um exercício útil capaz de ajudar muitas almas.

O livro é um conjunto de instruções diversas destinadas a suscitar nos leitores uma experiência similar, por meio de número de exercícios interiores sistematicamente ordenados. Na história da Companhia, esse conjunto e práticas é usado para propor aos membros uma experiência modelar que oriente seu caminho de formação (MASSIMI, 2023: 80)

Os Exercícios sempre fizeram parte da atividade dos missionários e foram introduzidos no Brasil desde a fundação dos primeiros Colégios da Companhia, ainda no período colonial. A perspectiva moral e espiritual dos Exercícios, aliada às ciências da alma, propicia um interessante objeto de pesquisa para a História da Psicologia, pois nos permite investigar as relações entre inteligência – pensamento, raciocínio e juízo – e vontade – arbítrio e ação - e analisar a proposta de formação e desenvolvimento dessas faculdades humanas.

Os textos de Franca, analisados na pesquisa realizada, encontram-se compiladas nos livros *A formação da Personalidade* (2019) – reúne escritos e conferências proferidas entre 1921 e 1947- e *O ideal, a educação e a personalidade* (2020) – escritos e conferências dadas entre 1919 e 1940. No livro *A formação da personalidade*, quinze conferências tiveram como público as normalistas e professoras do Colégio Sacré-Coeur do Rio de Janeiro, doze não trazem informações sobre as instituições que as abrigaram, cinco ocorreram no Instituto de Formação Familiar e Social, três foram dirigidas cada uma às professoras públicas, aos congressistas e ao Círculo Católico. Uma delas foi publicada na *Revista Brasileira de Pedagogia*. O livro *O ideal, a educação e a personalidade* conta com vinte e seis textos publicados, sendo que a maioria deles não trazem informações sobre onde foram publicados ou proferidos, apenas informam que foram escritos no Rio de Janeiro. Dois deles foram destinados ao Colégio Sacré-Coeur e ao Instituto Familiar e Social. Essas fontes foram escolhidas por serem dirigidas a professoras e aos envolvidos na Educação brasileira. A obra *Psicologia da Fé* (1933/1937) também foi analisada por se tratar de título relativo à Psicologia. Outros livros de Franca, embora não fossem as fontes principais da pesquisa, foram utilizados como aportes para a análise: *A crise do mundo moderno* (2019) e *Noções de História da Filosofia* (1943)

Como referencial teórico para análise das fontes, inspiramo-nos no conceito de intelectuais mediadores apresentado por Gomes e Hansen (2016): “são homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social” (GOMES & HANSEN, 2016: 10). E utilizamos o conceito de tradição de pesquisa elaborado por Massimi (2023) na perspectiva da história dos saberes psicológicos no Brasil. A relação entre um intelectual e seu universo de pertença pode ser definida pelo conceito de tradição de pesquisa:

Tradição de pesquisa é um conjunto de padrões de raciocínio e crenças fundamentais elaborados por racionalidades fundadas no pertencer a comunidades particulares, em que o domínio da teoria e do conceitual é indistinto do campo de interesses, necessidades e formas de organização social. Cada tradição tem seus próprios padrões de raciocínio e crenças fundamentais e é situada historicamente, podendo até mesmo se transformar profundamente no diálogo com as demais. (MASSIMI, 2023: 28)

Nessa perspectiva, um intelectual ou um autor sempre parte de uma ou de mais tradições de pesquisa presentes em seu contexto de pertença. Essas tradições funcionam como uma inspiração a partir da qual os sujeitos elaboram, paulatinamente, sua apropriação específica. Buscaremos, portanto, nesse artigo, apresentar a contribuição de Leonel Franca à História dos saberes psicológicos, notadamente os voltados para a Educação.

Esse artigo foi organizado da seguinte forma: o primeiro subtítulo apresenta considerações sobre a importância da ciência da alma no âmbito da Companhia de Jesus. Em seguida, trata-se da estrutura e funcionamento das faculdades psíquicas propostas por Leonel Franca, considerando as atividades cognoscitiva e apetitiva. O terceiro subtítulo discute as relações entre vontade e inteligência na percepção e conhecimento da realidade. Por fim, aborda-se a importância da educação da inteligência e da vontade para a formação integral do ser humano.

A ciência da alma, o saber aristotélico-tomista e a renovação da Escolástica

A Companhia de Jesus apropriou-se da tradição filosófica cristã numa perspectiva peculiar em que se sobressai a preocupação com os aspectos psíquicos do ser humano de modo a “melhor ajudar as almas” (O’MALLEY, 2017: 16).

Em seu percurso histórico e filosófico, os jesuítas incrementaram seus saberes sobre o psiquismo humano e elaboraram uma ciência da alma, fundamentada principalmente pela tradição aristotélico-tomista (PÉCORA, 1994) que pode ser encontrada nos *Tratados Conimbricenses*:

Nos comentários, há um fio condutor (filum doctrinae) que orienta o ensino da filosofia no âmbito da pedagogia dirigida aos colégios e que responde aos ditames da ratio studiorum: o pensamento de Tomás de Aquino. Inácio de Loyola (1491-1556) frequentara a Universidade de Paris no momento em que a Suma de Aquino passou a ser tomada como manual de teologia. Desse modo, Loyola se apropriou da obra de Aquino na forma de um aristotelismo cristão autônomo em seu domínio, no entanto, orientado pela Revelação, reconhecendo-a como “uma filosofia que servisse realmente ao seu tempo” (MASSIMI, 2024: 36)

A tarefa da produção dos *Comentários do Colégio Conimbricense da Companhia de Jesus* foi confiada inicialmente ao Padre Pedro da Fonseca (1528-1599) e, depois, ao Padre Manuel de Góis (1543-1597), professor do Colégio de Coimbra. Padre Góis foi o principal organizador dos *Comentários* (GÓIS, 1593, 1602, 1957^a, 1957^b). Outros jesuítas também participaram da obra, como Padre Sebastião do Couto (1567-1639), Padre Baltasar Álvares (1560-1630) e Padre Cosme de Magalhães (1551-1624).

Embora a filosofia de Aristóteles e de Tomás de Aquino fossem fundamentais na ciência sobre a alma, em seus Colégios os jesuítas tinham liberdade para utilizar diferentes tradições de pensamento e de pesquisa na constituição de novas posições filosóficas. A escolástica ibérica renovada fundamentava a concepção de natureza própria das ciências da alma elaboradas pela Companhia, propondo integrar-se às conquistas do mundo laico. Destinados ao ensino nos Colégios da Companhia, foram publicados, entre 1592 e 1606, manuais que retomavam a tradição tomista, mas também se apropriavam dos saberes, dos problemas e das novidades do século XVI: foram chamados de *Conimbricenses* por terem sido escritos na cidade portuguesa de Coimbra. Tinha como um de seus objetivos a retomada da tradição filosófica, fazendo com que ela dialogasse criticamente com os problemas e novidades do século XVI (CARVALHO, 2018).

Na ciência da alma elaborada pelos jesuítas nos *Conimbricenses*, o ser humano era profundamente marcado pela imbricação da alma no corpo e vice-versa.

A condição psicofisiológica do ser humano implicava a unidade entre corpo, alma e espírito, sendo a dimensão psicológica vista como intermediária entre a orgânica e a espiritual. O espírito era aquilo que nos torna propriamente humanos, sendo a alma intelectual seu principal órgão. A alma, por sua vez, era origem e fonte das operações vitais, sendo aquilo por meio do qual vivemos, sentimos, entendemos e mudamos de lugar (ANDRADE, 1982). Era entendida como uma substância espiritual, imaterial e por isso é “capaz, pela via do intelecto, de captar e elaborar realidades imateriais e, pela via da vontade, de superar o âmbito dos afetos e da sensibilidade” (MASSIMI, 2023: 39). Nessa perspectiva, a inteligência e a vontade eram faculdades que participam das dimensões corpórea, psíquica e espiritual do ser humano, sendo que sua perfeição residia na capacidade de julgar adequadamente e de agir livremente a partir da correção dos juízos. Essas duas características, julgar e agir livremente, eram fundamentais para o desenvolvimento do caráter e da personalidade.

Os *Conimbricenses* foram largamente utilizados nos Colégios jesuítas e, mesmo após a supressão da Companhia, continuaram sendo consultados para o ensino de Filosofia (CARVALHO, 2018). Leonel Franca, em seu livro *Noções de História da Filosofia* - publicado pela primeira vez em 1918 -, salientava a participação dos *Comentários Conimbricenses* e dos autores jesuítas na renascença escolástica iniciada no século XVI. Esse manual teve impacto significativo nos Colégios jesuítas brasileiros.

De acordo com Franca, o século XIX, no qual estavam presentes as diversas formas de idealismo e de positivismo, precisou retornar à Filosofia Escolástica e, conseqüentemente, ao tomismo (FRANCA, 1943). A Companhia de Jesus, ao ser restabelecida por Pio VII, teve um papel importante na formação de uma Neo-escolástica de inspiração tomista, por meio de personagens como Luiz Taparelli D’Azeglio, Caetano Sanseverino, Serafim Sordi, Giuseppe Pecci, entre outros (FRANCA, 1943). Sobre a contribuição do jesuíta Matheus Liberatore, Franca escreve:

Professor a princípio em Nápoles, mais tarde no Colégio Romano, publicou em 1840 as suas Institutiones philosophicae que, inspiradas num tomismo cada vez mais puro e tiradas à luz em numerosas edições, constituíram um curso completo de filosofia escolástica que formou muitas e muitas gerações de estudantes. (FRANCA, 1943: 344-345)

Em 1879, o movimento aristotélico-tomista ganhou força com a publicação da Encíclica *Aeterni Patris* de Leão XII. No século XX, a Escolástica se difundiu principalmente pelos seguintes

centros: a Universidade Gregoriana de Roma, sob direção dos jesuítas; a Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino também em Roma, sob os dominicanos; a Universidade Católica de Louvain na Bélgica, instituição onde se deu um importante movimento de estudos psicológicos, tendo Agostinho Gemelli como um de seus representantes (Batista, 2022; Piñeda, 2003); Universidade de Milão e Universidades Canadenses, que agregavam centros de estudos medievais sob organização de Etienne Gilson (1884-1978) e Marie-Dominique Chenu (1895-1990) (FABRICIO, 2019).

José Soriano de Souza (1833-1895), citado por Franca (1943) como um dos mais importantes pensadores da Escolástica no Brasil, estudou Filosofia na Universidade de Louvain. A respeito de Souza, o jesuíta brasileiro escreve:

Soriano, que seguia de perto o movimento espiritualista na Europa, compreendeu cedo que “a máxima necessidade de nossos tempos é a restauração da metafísica cristã, fundada por São Tomás no maravilhoso acordo das duas luzes do espírito humano, a razão e a fé”, e consagrou o magistério e a pena à divulgação das ideias da escolástica rejuvenescida. Seus escritos não são trabalhos originais, nem mesmo feitos de primeira mão pelo estudo direto dos grandes filósofos do século XIII. Escolheu, porém, com acerto entre os escolásticos modernos os que melhor interpretaram o pensamento antigo e mais contribuíram para a sua reabilitação. Liberatore, Taparelli, Sanseverino e Kleugten são, ao lado de Balmes e Ventura, escolásticos menos rigorosos, as suas fontes principais. (FRANCA, 1943: 430-431)

Franca conhecia bem e acompanhava as produções tomistas de sua época, inserindo-se no grupo que buscava aliar a tradição filosófica escolástica aos problemas trazidos pelo mundo moderno. Esses problemas estariam relacionados a uma crise da civilização que se expressava pela Primeira Guerra e pelos nacionalismos que se afirmavam no cenário político; pelos problemas trazidos pela industrialização, pelos capitais, pelo liberalismo econômico, pelo consumo e produção de riquezas; pela diminuição da natalidade promovida pelo individualismo que afetava as famílias; e, sobretudo, pelo materialismo que, embora existisse há tanto tempo, parecia estar organizado de forma ampla e profunda na sociedade do século XX, contribuindo para a negação de valores espirituais.

Uma Psicologia da estrutura e do funcionamento das faculdades psíquicas

Franca elaborou, em suas conferências, uma Psicologia oriunda dos saberes aristotélicos-tomistas próprios da tradição da Companhia de Jesus e do movimento escolástico que se firmara no século XIX. Ao lado desses saberes, utilizou-se de autores da Psicologia Educacional como Édouard Claparède (1873-1940), Jules de La Vaissière (1863-1939) e William James (1842-1910).

Uma das características dos novos tempos, era, sem dúvida, o interesse na ciência como um método fidedigno de conhecimento da realidade. A Psicologia científica emergiu como a ciência responsável por conhecer os fenômenos psíquicos que deveriam ser formados e orientados por meio da ação educativa e os jesuítas se apropriaram de sua produção. Um exemplo desse movimento era o livro *Psychologie Pédagogique. L'enfant. L'adolescent. Le jeune homme* (1916), escrito por Jules de La Vaissière S.J. e divulgado no Brasil como representante da Psicologia ativa (ASSIS, 2021). La Vaissière tratava da evolução da observação, memória, imaginação criadora, pensamento lógico, linguagem, senso estético e desenho, inteligência geral, senso religioso, senso moral e vontade, citando e apresentando estudos experimentais. Além desses temas, ainda havia discussões acerca da pedagogia e da psicologia particular, ou seja, individual, e dos tipos psicológicos. A formação da personalidade e do caráter por meio da evolução e da educação das funções psicológicas, bem como a discussão sobre as diferenças individuais emergiam como aspectos centrais de uma proposta de Psicologia voltada à Educação.

Leonel Franca citou várias vezes a obra *Psychologie pédagogique* em que Jules de La Vaissière evidenciava estudos experimentais da Psicologia que se acomodavam às concepções filosóficas e religiosas do ser humano. Em uma dessas citações, feita no texto *Política Educacional* de 1934, Franca utilizou argumentos de De La Vaissière para fundamentar a importância da religião para o ser humano e para o desenvolvimento da criança. Nas discussões sobre a importância da experiência religiosa para o desenvolvimento do ser humano, o jesuíta brasileiro também dialogou com a obra *Varieties of Religious Experience* de William James, publicado pela primeira vez em 1902.

Franca também se apropriou de argumentos de Jules De La Viassière da obra *Eléments de Psychologie experimental* (1914) para discutir o substrato orgânico das enfermidades que podiam acometer a inteligência e a sensibilidade:

Abaixo da inteligência, abaixo da sensibilidade, como substrato de uma vida psíquica, encontra-se o organismo. Também das condições orgânicas dependem os atos livres. A saúde e a enfermidade modificando diretamente a parte material do nosso ser, vão repercutir-se infalivelmente nas funções mais elevadas da alma em virtude daquela solidariedade fundamental, daquele consenso harmônico que deriva como uma consequência necessária da unidade substancial do composto humano. [...] Poderemos dizer com A. Marie no seu Tratado de Psicologia Patológica: “Aproxima-se a hora em que da ciência psiquiátrica serão eliminadas as neuroses e psiconeuroses sem matéria e sem substrato orgânico definido subjacente”. (T.II, XVII – Ap De La Vaissière, Psychologie experimentale, p. 126). É uma proposição muito em harmonia com as teses escolásticas. Nós a subscrevemos com ambas as mãos. (FRANCA, 2020:29)

Desse modo, observa-se que Franca estabelecia relações entre os estudos da Psicologia, Psiquiatria e a Escolástica. Discutia as relações entre inteligência, sensibilidade e a atividade irregular da vontade a partir de sua pertença à tradição de pesquisa da Companhia de Jesus, utilizando conceitos de William James para tratar dos casos anormais de atividade da vontade, mas não especificava a obra do autor.

A fim de conhecer a estrutura e a funcionalidade do ser humano, Leonel Franca conhecia as produções em Psicologia, dialogava com elas e desenvolveu seus estudos psicológicos. A Psicologia servia à Educação para compreender as faculdades humanas a serem integralmente desenvolvidas e aperfeiçoadas gradualmente e progressivamente pela ação educacional, a fim de formar a personalidade e o caráter: “Não é possível dirigir uma máquina sem conhecer-lhe a estrutura, a força de suas molas, a variedade dos seus recursos, a finalidade de cada uma de suas peças”. (FRANCA, 2020: 87). Aos educadores cabia estudar os aspectos estruturais e funcionais do psiquismo.

Em sua estrutura psicológica, o ser humano era formado pelas atividades cognoscitiva – conhecimento – e apetitivas – tendências (FRANCA, 2020: 78). Leonel Franca dividiu as faculdades do conhecimento em sensitivas e intelectuais, ambas responsáveis por representar dentro de nós os objetos que se encontram fora de nós. Segundo Andrade (1984, p. 109), “na sua expressão mais simples, o problema do conhecimento, na Filosofia escolástica, reduz-se à assimilação de uma imagem do objecto pelo cognoscente”. Tratava-se, portanto, de compreender as operações da cognição quando relacionada ao conhecimento dos objetos materiais e imateriais.

A atividade cognoscitiva exercia-se por dois grandes grupos de faculdades: sensitivas e apetitivas. As sensitivas eram compostas pelos sentidos internos e externos e inteligência. Na

Psicologia dos Conimbricenses encontramos discussões sobre os sentidos internos e suas relações com os externos. Nessas discussões, surgia a importância do sentido comum como aquele que reuniam as sensações dos cinco sentidos externos e comparavam as sensações entre si (ANDRADE, 1984)

As apetitivas, por sua vez, compreendiam a sensibilidade e a vontade, por meio das quais era possível inclinar-se para o bem conhecido pela inteligência: “Aqueles conhecem, estas tendem; umas iluminam, outras movem” (FRANCA, 2020: 104). Os atos humanos eram determinados pela inteligência e pela vontade, sendo a inteligência aberta à verdade e geradora dos juízos sobre os objetos conhecidos, enquanto a vontade seria atraída pelo bem e responsável pelo exercício da ação.

Atividade cognoscitiva: sentidos e inteligência

Os sentidos externos e internos, ligados aos cinco órgãos do sentido, eram responsáveis pelo contato com o mundo e estavam ligados à percepção da cor, forma, grandeza, gosto, cheiro, som, repouso, movimento etc. O conhecimento sensível era o princípio de todos os outros conhecimentos, mesmo os mais elevados, cujo processo culminava na atribuição da palavra:

seu objeto [do conhecimento sensível] são os corpos que nos cercam e suas diferentes propriedades. Seus órgãos são os sentidos – externos e internos. A lei que lhes nega a atividade cifra-se nos três momentos: objeto, imagem, palavra. O conhecimento sensível, próprio e perfeito, é determinado pela presença imediata do respectivo objeto; forma-se assim uma imagem que o representa; ao objeto assim conhecido associamos depois uma palavra que o exprime, para as necessidades de nossas comunicações.” (FRANCA, 2020: 319 - 320)

Nos Tratados dos Conimbricenses estava presente a relação entre objeto, imagem e palavra. Para que o conhecimento acontecesse era necessário que a coisa a ser conhecida estivesse presente à potência cognoscitiva de alguma forma. Isso podia acontecer diante da presença de um objeto real ou quando objetos imateriais eram propostos interiormente aos sentidos internos ou à inteligência. A partir disso, ocorria uma assimilação entre o objeto conhecido e o cognoscente, surgindo o conhecimento da semelhança impressa nessa operação. Tal assimilação consistia na representação do objeto conhecido, conseguida por meio do “verbo da mente”. Nos Conimbricenses, o verbo mental - argumento que parece estar presente em

Franca por meio das designações de imagem e palavra – era produzido por cada ato da inteligência, podendo ser caracterizado como qualquer coisa na mente, gerada pelo intelecto, semelhante ao objeto conhecido e imagem sua. Desse modo, o conhecimento envolvia a intelecção, o verbo e a produção do entendimento do objeto (ANDRADE, 1984).

Os sentidos internos, localizados nos centros cerebrais de acordo com Franca, registravam as modificações do nosso próprio organismo ocorridas por meio das sensações, percepções e representações. Estas eram formadas a partir daquilo que era adquirido pelos sentidos externos a partir de duas faculdades: imaginação e memória. A imaginação organizava e sintetizava as representações ou imagens adquiridas pelos sentidos externos; a memória as conservava e as evocava.

Na tradição tomista, havia quatro faculdades relacionadas aos sentidos internos: senso comum, imaginação ou fantasia, cogitativa ou estimativa e memória, imaginação (Andrade, 1984; Massimi, 2023). Manuel de Góis (1602), no Comentário ao De Anima aristotélico do *Tratado dos Conimbricenses*, sintetizou os quatro sentidos internos em dois: senso comum e fantasia. A fantasia era vista como um dinamismo complexo em que operavam a imaginação, cogitativa/estimativa e memória:

A imaginação serve como depósito das coisas percebidas, que pode ser acessado mesmo quando os objetos que as produziram já não estão mais presentes. A estimativa (chamada assim nos animais irracionais) ou cogitativa (própria dos seres humanos) tem a função de perceber as intentiones que não são diretamente acessíveis aos sentidos externos (por exemplo, a informação do perigo ou da conveniência de algo) [...] A memória armazena o que recebe (principalmente imagens e conceitos) para trazê-lo perante o entendimento toda vez que for necessário. (MASSIMI, 2023: 48)

Leonel Franca não mencionou a faculdade cogitativa nos textos aqui analisados, mas assinalou a função da imaginação de organizar e sintetizar as representações formadas pelos sentidos internos, e da memória de conservá-las e evocá-las. Desse modo, pareceu referir-se a um movimento do dinamismo psíquico outrora indicado como *vis cogitativa*. De fato, ele distinguiu dois tipos de representação: imagem, ou representação sensível, e ideia, ou representação intelectual, sendo esta aproximável ao ato da *vis cogitativa*. Os dois tipos de representação compreendiam as dimensões sensitiva e intelectual da atividade cognoscitiva.

Franca assinalou a peculiaridade da atividade cognoscitiva como um fenômeno propriamente humano em sua conferência sobre A vontade:

O conhecimento é a representação vital de um objeto. É uma perfeição bem elevada na escala dos seres. A pedra, a planta existem, mas em possuírem a própria forma ou essência de um modo físico cifra-se toda a sua existência. O ser dotado da faculdade de conhecer além da própria essência possuída fisicamente é capaz de receber de um modo singular a essência dos outros seres. O mundo estrelado existe disseminado na imensidade desses espaços, mas existe também de uma maneira particular na imaginação cismadora do poeta que o contempla, na inteligência cismadora do astrônomo que lhe indaga as leis.” (FRANCA, 2020: 79)

A inteligência, capaz de apreender de forma mais elevada os objetos corpóreos percebidos pelos sentidos, estendia-se ao domínio das realidades espirituais não diretamente acessíveis à sensibilidade. O céu estrelado conhecido pela visão tornava-se um objeto do espírito quando era fonte de devaneios e de perguntas existenciais ou científicas. A inteligência conhecia as realidades físicas e espirituais e as elaborava por meio da consciência e da autoconsciência, ou seja, da consciência de si. A partir dessa capacidade espiritual, uma atividade superior do psiquismo humano, a inteligência criava ciência, moralidade, religião, filosofia etc.

A discussão realizada por Franca acerca do dinamismo cognitivo humano se inseriu no esforço dos intelectuais jesuítas do fim do século XIX e do século XX de estabelecer um diálogo entre o pensamento tomista e o pensamento kantiano e neo-kantiano (e da modernidade, de modo geral), no que diz respeito à teoria do conhecimento. Nesse universo, Franca buscou retomar a concepção do conhecimento e dos fenômenos cognitivos advinda da tradição filosófica da Companhia de Jesus e de suas matrizes aristotélico tomistas, segundo a qual a atividade das faculdades cognoscitivas permitia a relação consciente do ser humano com o mundo que o rodeava e a implicação da consciência de si no conhecimento do mundo. Por meio dos sentidos externos e internos e da inteligência, a apreensão do mundo externo era transportada para o mundo interno e assumida pela consciência, sob forma de imagens que se associavam nas faculdades sensitivas e de ideias elaboradas e ordenadas pela atividade intelectual, expressas pelas palavras.

A atividade apetitiva: sensibilidade e vontade

O segundo grupo de atividades da vida psíquica era a dimensão apetitiva, relacionada ao conhecimento gerado pelas faculdades cognoscitivas. Tratava-se de uma tendência psíquica: “inclinação – positiva ou negativa – para um objeto conhecido; era uma disposição a reagir de um modo determinado a uma excitação determinada. Por sua natureza, a tendência é essencialmente proporcionada ao conhecimento que a despertou.” (FRANCA, 2020: 80)

Do mesmo modo que a cognoscitiva, a faculdade apetitiva se dividia em dois níveis: sensibilidade e vontade, tendências sensitivas e intelectuais. Nesta conceituação também Franca se remeteu à tradição filosófica dos jesuítas. A sensibilidade tinha um lugar importante nas elaborações da Ciência da alma da Companhia de Jesus, pois os *Tratados Conimbricenses* entenderam-na como a interface entre corpo e alma, comum aos homens e aos animais. No exemplo a seguir, a imagem, elaborada pela faculdade cognoscitiva, levava um animal a agir e emboscar sua presa. A ação era motivada pelo desejo e pela coerência entre a fome e o objeto representado como imagem:

As tendências sensitivas são a inclinação ao bem conhecido pelos sentidos. O leão faminto que está de emboscada avista a presa que segue descuidosa o seu caminho; salta, empolga-se, dilacera, estraçalha e devora. O princípio de todos estes atos é uma imagem: a visão da vítima; o cordeiro afigurou-se-lhe como um bem – o meio de satisfazer a fome; o bem incitou-lhe o desejo – eis a tendência sensitiva; o desejo põe harmonicamente em jogo os músculos necessários à sua execução. (FRANCA, 2020: 81)

Essas tendências podiam ser inatas ou adquiridas. As inatas faziam parte do patrimônio psíquico de cada natureza específica e estavam presentes igualmente em todos: os instintos. As adquiridas formavam-se conforme as experiências individuais:

o nexó entre a imagem e a reação que se lhe segue é determinado por uma experiência individual. O animal sequioso que passeia pela floresta e encontra casualmente uma fonte, associa nesta primeira experiência o prazer da sede satisfeita com as imagens da fonte e dos caminhos que a ela levam. Amanhã, idêntica sensação de sede evocará as reações motrizes para procurá-la. [...] O prazer e a dor, pois, são os grandes motores da vida sensitiva. (FRANCA, 2020: 82)

Nas relações entre conhecimento e ação, a evidência de um objeto apresentado ao conhecimento da inteligência podia ser forte o suficiente para que um ato fosse realizado com pouca intervenção da vontade. Nesse caso, a inteligência determinava a ação, pois precisava

pouco da deliberação da vontade. Há menos liberdade como esclarecia Franca na conferência intitulada “Campo da Liberdade”:

o império da vontade é mais restrito, o objeto quando se apresenta à inteligência, revestido dos fulgores da evidência, determina-lhe fatalmente o ato, sem deixar margem a uma intervenção eficaz da vontade. Assim é que não somos livres em afirmar que dois e dois são quatro, não somos livres em negar nosso assentimento a um teorema de geometria, cuja demonstração compreendemos. (FRANCA, 2020: 33)

Essa seria a posição da inteligência diante do evidente e comprovado pela demonstração. Mas nas verdades morais, em que a evidência não estava clara, o coração dirigia a inteligência: “Nas verdades de ordem moral, sobretudo, nas verdades religiosas que interessam a prática da vida, é o coração quem dirige a inteligência.” (FRANCA, 2020: 33).

O coração era entendido como o órgão da vontade. Ele fixava a inteligência nas razões adequadas, reconhecia as certezas e erguia obstáculos contra as opiniões contrárias a elas. Assim, nos aspectos morais, a vontade guiava a inteligência por meio do coração, isto é, do amor. O amor era a inclinação geral para um bem, ligado ao apetite intelectual, assim como se tratava no Tratado dos Conimbricenses. O uso do termo “geral” caracterizava o fato de o coração conseguir mover todas as faculdades psíquicas para o bem almejado. Tal dinâmica só era possível se o coração havia aprendido a amar e, por meio de tal educação, desenvolvera a capacidade de se demorar num objeto como alguém se demora na contemplação do ser amado, escolhendo-o entre tantos outros.

As dinâmicas das atividades cognoscitivas e apetitivas do ser humano, até aqui descritas, aconteciam quando havia uma certeza reconhecida pela inteligência e pela vontade. Inácio de Loyola descreveu sua própria conversão valorizando a observação da experiência interior:

Durante muito tempo, todavia, [Inácio] refletiu sobre a alternativa que se lhe oferecia: ou continuar sua vida de fidalgo e de soldado, apesar de ser claudicante, ou lhe voltar as costas para se empenhar nas trilhas de São Domingo e de São Francisco de Assis. Descobriu que, quando se concentrava na primeira solução, seu espírito ficava agitado e seco, ao passo que a segunda o deixava sereno e reconfortado. Ao examinar esse aspecto da sua experiência interior, chegou progressivamente à convicção de que Deus lhe falava por meio dela e decidiu, finalmente, mudar radicalmente de vida. Esse processo de introspecção que precedeu a decisão tornar-se-ia uma característica da sua própria conduta e serviria de modelo para seu ensinamento espiritual. (O'MALLEY, 2017: 15)

Inácio de Loyola anotava o que se passava em sua vivência interior e na das pessoas que o procuravam para conversar e fazer confidências. Estas experiências de observação de si e de conversação se tornaram fundamentais para os Exercícios Espirituais. Essa prática central da Companhia tinha como objetivo possibilitar que as pessoas se interiorizassem a fim de abrir-se à ação divina por meio de um caminho espiritual que considerava os dons particulares e as personalidades próprias de cada um (O'MALLEY, 2017: 17).

Franca seguia a perspectiva aristotélico tomista e conimbricense ao reiterar que, no ser humano, dava-se sempre um entrelaçamento entre sensibilidade, intelecto e vontade, de modo que o aspecto afetivo deveria ser considerado nas ações guiadas pela inteligência. Toda experiência podia ser vivida de modo sensível, afetivo e intelectual, apresentando-se como boas ou como nocivas ao indivíduo. Em um coração educado, quando algo se apresentava como bom pela inteligência, havia uma inclinação natural para esse objeto. Por outro lado, se algo parecesse prejudicial ao incremento da pessoa, aconteceria uma tendência de repulsa.

A vontade, a inteligência e o nexó do ser humano com a realidade

Os atos humanos emanavam da vontade por ser a única potência livre entre as faculdades humanas. Excetuando as funções da vida orgânica – nutrição, circulação etc. – que não estavam sob o domínio da vontade, todas as outras atividades humanas sujeitavam-se à sua influência. Havia um imperativo da vontade sobre as outras faculdades psíquicas e sobre o corpo: ela podia suscitar ações ou ordenar, determinar as ações, dependendo das informações que a inteligência lhe apresentava:

Ora, a inteligência pode apresentar duas espécies de bem à vontade: o bem absoluto, ideal, na sua pura noção de bem, sem mescla de mal, portanto desejável em qualquer hipótese, cuja posse constitui a nossa felicidade. Diante deste bem a vontade não é livre; não podemos não querer a nossa felicidade. Ao lado desta noção geral de bem perfeito, a inteligência pode apresentar à vontade bens particulares – bens que não encerram toda a bondade, que, sob um aspecto são apetecíveis, sob outros, não. (FRANCA, 2020: 19)

Nessa dinâmica psíquica, a inteligência interagiu com a vontade, fornecendo juízos, imagens, representações a partir de sua capacidade de reflexão. A vontade, por sua vez, podia agir de forma determinista sobre a inteligência. Sua intervenção não era legítima quando ordenava que a inteligência concordasse com algo sem que uma evidência objetiva tivesse sido proporcionada à razão. Nesse caso, o nexó entre a inteligência e a realidade se encontrava fragilizado: “as razões que militam em favor de uma afirmação não são convincentes” (FRANCA, 1937: 43). Mesmo sem evidências objetivas ou razões suficientes, a vontade podia fazer com que a inteligência aceitasse um conhecimento como se ele fosse verdade. Isso acontecia devido uma atração sentida, consciente ou inconsciente, de um interesse.

Essa temática já havia sido discutida na psicologia filosófica dos Conimbricenses. Segundo o Padre Góis, nos *Conimbricenses*, a intervenção inadequada da vontade sobre o intelecto acontecia quando esta era dominada pelo apetite sensitivo. A inteligência ficava tão perturbada que perdia a faculdade de deliberar, não tendo poder para lhe resistir. O movimento da vontade era livre na medida em que o juízo permanecia íntegro e livre.

Determinada mais pela atração e pelo interesse do que pelas razões objetivas ou evidências fornecidas pela realidade, uma pessoa podia aceitar uma opinião não verdadeira porque isso lhe interessava. Nesse caso, a opinião parecia imediatamente boa ou útil, descartando-se o exame prolongado da razão e os critérios objetivos da evidência. Essa era uma falha da vontade, a origem psicológica do erro que promovia conhecimento falseado da realidade e tomadas de posição a partir do domínio vago e inconsciente dos subjetivismos, das predileções e disposições afetivas. Nesses casos, a inteligência era guiada por um motivo extra-intelectual, como se uma fraude se instalasse na economia dos vetores das faculdades do psiquismo humano.

Embora a dinâmica descrita acima seja uma falha, esse funcionamento da vontade podia ser muito comum quando o “coração” não tinha sido adequadamente educado. Os indivíduos eram fortemente atraídos pelos seus interesses, fenômenos subjetivos e disposições afetivas:

Suponde um interesse pessoal, uma ambição em jogo, uma paixão, que se afaga, seriamente ameaçada pelo êxito das investigações e vereis que perturbação profunda poderá semelhantes estado d'alma introduzir em todo o processo intelectual que deve levar à posse da verdade" (FRANCA, 1937: 55).

Uma inteligência pouco disciplinada embaraçava-se no exame das evidências proporcionadas pelo objeto a ser conhecido, devido à fraqueza intelectual ou à sabedoria limitada e não conseguia tomar decisões. Mas, a disposição ao trabalho de investigar um objeto que se apresentava ao conhecimento da inteligência e julgar qual a melhor forma de ação diante dele, era uma decisão:

É uma decisão livre que aplica a inteligência ao exercício de sua atividade, que lhe escolhe o objeto preferido dos seus estudos, que mantém, alerta e incansável, a atenção exigida pelas demonstrações complexas e pelas investigações fastidiosas; é ainda a liberdade que coíbe e disciplina a influência perturbadora das paixões, afasta as dúvidas imprudentes, impõe a inteligência a fidelidade infrangível às exigências rigorosas dos métodos científicos e impede que, por um desequilíbrio de valores, se transformem em duvidas as que não passam de simples dificuldade." (FRANCA, 1937: 58)

Desse modo, eram fundamentais, para a formação do caráter, as práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento de uma vontade enérgica, capaz de tomar decisões livres em benefício de si. O sacrifício e a renúncia eram vistos como operações psicológicas fundamentais para a formação da personalidade, sem os quais não ocorreria a decisão que antecede a liberdade de ação:

No sentido psicológico a liberdade é algo de mais íntimo do que uma simples relação externa com as forças que podem atuar no nosso organismo e inculcá-lo na espontaneidade dos seus movimentos. A liberdade é o domínio interno dos próprios atos, é uma capacidade de autodeterminação, um poder inerente à nossa vontade de agir ou não agir, de escolher este ou aquele objeto sem ser por nenhum deles determinado" (FRANCA, 2020: 11).

As conferências de Franca sempre abordavam o tema da educação da vontade, já que os educadores tinham como tarefa ensinar o cultivo da liberdade humana diante das determinações do ambiente, das necessidades físicas ou morais e das adversidades da vida.

Educação e Liberdade

Em sua relação com as necessidades físicas e morais, a liberdade podia ser entendida como “a imunidade de um vínculo, a isenção de uma necessidade. E necessidade chamamos a determinação de uma causa a produzir um só efeito”. (FRANCA, 2020: 10). Só se era livre, portanto, quando fosse possível agir da maneira desejada, sem imposições necessárias.

As necessidades podiam ser extrínsecas ou intrínsecas. A extrínseca estava relacionada à violência, ao constrangimento e à coação, que tiram a espontaneidade dos atos e limitam a liberdade de movimento e de ação. A necessidade intrínseca era a que provém da própria natureza do agente. Para explicar a necessidade que fazia parte da natureza do agente, Franca usava o exemplo da pólvora: a pólvora sempre acionará a bala de um canhão quando sofrer uma explosão. Não havia liberdade nesse caso. A liberdade só existiria quando havia uma imunidade do agente a uma condição natural, ou seja, quando o agente não estava determinado por sua própria natureza. A pólvora não podia escolher se explodia ou não a fim de acionar o canhão. O ser humano, entretanto, podia escolher se acionava ou não o canhão.

Franca trouxe essa discussão para o campo da educação da juventude:

Cai nas mãos de uma jovem um livro que está em voga, mas nem por isso deixa de ser mau. Lerá ou não? [...] Os motivos solicitam, atraem, movem; não determinam. A vontade sente que está nas suas mãos dar a vitória a qualquer dos grupos em conflito. Finalmente, depois de uma ponderação mais ou menos longa, a vontade decide-se; os pesos oscilavam nas duas conchas da balança, a eleição dá a preponderância definitiva a uma delas; o fiel inclina-se, segue o ato escolhido” (FRANCA, 2020: 12-13).

Durante o ato da escolha, a vontade era determinante, não determinada. A jovem poderia ainda voltar atrás em sua escolha. Depois do ato de escolha, seguia-se a ação. Ao agir, a pessoa

sentia alegria ou remorso. Alegria se o ato trazia um bem-estar. Remorso se fazíamos um mal, seja a nós ou aos outros.

Nesse sentido, além de aprender a ser o mais livre possível diante das violências e imposições do mundo exterior, o ser humano também precisava aprender a ser livre de si mesmo e de sua própria natureza. Franca evidenciou a importância da autodeterminação, apontando a desconfiança que pairava na psicologia científica da época sobre a possibilidade de sermos realmente livres em nossas escolhas, sem sermos fatalmente determinados por inúmeras influências internas e externas. A Psicanálise de Freud, por exemplo, trouxera o problema do determinismo do inconsciente nas ações humanas. O Behaviorismo de Watson, em 1913, havia proposto o comportamento como único objeto possível da Psicologia, sendo o ser humano fortemente moldado pelo ambiente.

Ser livre diante de si, da própria natureza e das adversidades da vida, entretanto, era tarefa que as gerações mais velhas deveriam ensinar aos mais jovens. Era necessário oferecer, pela educação, as condições mais favoráveis ao desenvolvimento integral, ou seja, à formação de todas as dimensões do ser humano capazes de incrementar suas possibilidades, respeitando especificidades e temperamentos. Diante disso, na obra educacional e psicológica de Leonel Franca emergiu uma proposta de educação integral, que implicava em formar a inteligência e a vontade por meio da educação para a liberdade.

Partindo dessa concepção, a formação da pessoa compreendia duas tarefas. A primeira delas era a instrução e a aquisição das técnicas de competência profissional, por meio das quais as novas gerações aprenderiam os saberes e as práticas desenvolvidas pela sociedade. A segunda era a educação da personalidade que envolvia aprender a manejar o querer e a ação, ordenando o pensamento e o desejo para a transcendência, já que o ser humano não se conformava facilmente com as estreitezas do tempo e com a finitude natural dos processos humanos:

Somos pessoas – inteligências e vontades capazes de atingir um mundo de realidades transcendentais – os nossos destinos não se encerram nas estreitezas do tempo e as sociedades, que declinam no ritmo de suas vicissitudes históricas, não abrangem a totalidade do nosso fim nem a plenitude das nossas aspirações nem a imensidade de nossas esperanças. (FRANCA, 2020: 163)

O conceito de pessoa, nesse caso, envolvia o percurso singular que cada um deve fazer, em sua trajetória de vida, a fim de alcançar um destino, próximo ou afastado de Deus e das realidades transcendentais, conforme a ação da liberdade.

Para que esse percurso fosse possível, a sociedade desenvolveu formas de educar capazes de ensinar às novas gerações o arcabouço de saberes, práticas e valores construídos no tempo pela cultura humana, a fim de dotar crianças, adolescentes e jovens dos instrumentos necessários para o enfrentamento da vida e a formação de si. Assim, o desenvolvimento da inteligência, da sensibilidade e da vontade, bem como o exercício dessas faculdades na relação com o mundo, se tornava tarefas da educação cuja responsabilidade era dos adultos.

Era fundamental a organização de uma sociedade preocupada com a educação, pois Leonel Franca afirmava ser um erro acreditar que o ser humano tenderá naturalmente para o bem caso não seja educado para isso. A liberdade, própria de uma vontade bem-educada, era conquistada por meio de um esforço, fruto de um trabalho educacional realizado por todos os agentes presentes na sociedade, tais como, a família, a escola, os grupos sociais etc. O exercício do uso excelente da inteligência e da vontade deveria ser ensinado por toda a sociedade, sendo os pais e professores os agentes principais dessa pedagogia. Por isso, a educação da vontade seria desenvolvida em todos os âmbitos educacionais, já que ela era consolidada por meio das tarefas cotidianas que requeriam esforço e pela capacidade de fazer sacrifícios diante de um bem maior. As dificuldades impostas pelo cotidiano da vida e os obstáculos que colocavam limites ao nosso prazer imediato eram forças educacionais importantes a serem consideradas pelos educadores.

O exercício da vontade, nesse caso, estava relacionado a aprender a julgar as experiências ocorridas no cotidiano e a identificar todas as suas facetas boas e más antes de tomar uma decisão sobre como se comportar. Um dos modelos para aprender a refletir e julgar eram os Exercícios Espirituais de Santo Inácio de Loyola, como já dissemos anteriormente. Por meio da educação da vontade, seria possível refletir e julgar as informações disponíveis antes de agir impulsivamente sobre elas.

Desse modo, para Leonel Franca (1937, 2020), não havia tesouro mais precioso do que uma vontade bem formada. Uma vontade firme dificilmente seria vencida por obstáculos tais como: a inteligência reduzida, pouco capaz de se abrir aos aspectos novos por saber empregar apenas um método para conhecimento da realidade; o preconceito, isto é, um juízo formado antes do exame minucioso de um objeto ou de uma questão; o orgulho ou excessivo apego a si mesmo e a sensualidade cujo objetivo era a busca do prazer pelo prazer.

Discussões finais

Franca acerca do psiquismo evidenciou, em suas conferências e livros, o esforço de intelectuais da primeira metade do século XX de estabelecer um diálogo entre o pensamento tomista e o pensamento da modernidade no que diz respeito à teoria do conhecimento. Nesse universo, o jesuíta se remeteu à tradição de pesquisa da Companhia de Jesus, reintroduzindo discussões sobre os fenômenos psíquicos a partir de matrizes aristotélico tomistas. Segundo essas matrizes, a atividade das faculdades cognoscitivas permitia a relação consciente do ser humano com o mundo que o rodeava e a implicação da consciência de si no conhecimento do mundo. Leonel Franca, nessa perspectiva, foi um mediador de saberes fundamentados na antropologia filosófica cristã, cujos livros e conferências foram expressões de como um autor, pertencente a uma comunidade específica, se apropriou de um motivo intelectual, isto é, das relações entre Educação e Psicologia.

A adoção da matriz aristotélico-tomista como fundamento antropológico, bem como o uso de concepções presentes no Tratado dos Conimbricenses revelaram aspectos de continuidade entre a Antiga e a Nova Companhia de Jesus. A continuidade - entre os saberes

elaborados historicamente pelos jesuítas e as concepções desenvolvidas por Franca – levou a uma Psicologia centrada nas relações entre sensibilidade, inteligência e vontade e à ideia de que cabia à Educação a cultura desses aspectos. A educação católica deveria favorecer o desenvolvimento pleno e integral da pessoa, envolvendo as dimensões físicas, psíquicas e espirituais do ser humano. A integralidade e a unidade destas três dimensões eram elementos fundamentais para a formação da personalidade e do caráter. Nessa perspectiva, não bastava a escola apenas instruir, sendo necessário completar o trabalho de formação da personalidade por meio do exercício da vontade, faculdade responsável pela ação humana, cuja característica era ser livre e aspirar aos verdadeiros ideais. A meditação possibilitada pelos Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola era oferecida como um modelo para formar inteligências e vontade firmes em suas decisões (FRANCA, 2020: 117).

Na concepção da sensibilidade, Franca seguiu a tradicional visão aristotélico-tomista que distinguia entre sentidos externos e internos e distanciava-se da abordagem própria da psicologia científica contemporânea que reduzia a sensibilidade nos termos dos sentidos externos. Arendt (1999) discutiu a redução da sensibilidade e da experiência no início da Modernidade: Descartes, introduzindo a dúvida metódica, resolveu o problema da dúvida afirmando que os processos da mente do homem eram dotados de certeza própria e passíveis de serem investigados. Desse modo, a mente do homem, e não a realidade, passava a ser a fonte da certeza. O pressuposto implícito desta doutrina era que a mente podia conhecer apenas aquilo que ela mesma produzia e retinha dentro de si, sendo a ciência matemática o campo exemplar deste poder. O sentido ou senso comum foi negado ou entendido como sentido de ajustamento de todos ao mundo. Passava a ser uma faculdade interior: o que os homens têm em comum não era mais o mundo, mas a estrutura da mente. Diluiu-se a conexão entre pensamento e experiência sensorial, substituída pelo mundo da experimentação científica. Este processo levou a um questionamento acerca da concepção de experiência assim como entendida pela tradição ocidental. Com efeito, ainda segundo Arendt (1999), a revolução científica e sua interpretação pelas filosofias da Idade Moderna comportaram a entrada, na cena da história, do *homo faber*, capaz de fazer e de fabricar – inclusive a si mesmo.

Assim como o jesuíta Jules de La Vaissière, Franca acreditava ser impossível que a Pedagogia fosse sustentada apenas pela Psicologia científica e experimental, sendo necessário o diálogo constante com a Filosofia (ASSIS, 2021). Apropriando-se da tradição tomista, os argumentos de Leonel Franca demonstraram aspectos de continuidade com saberes psicológicos presentes na tradição brasileira. Entre as diversas PsicoLOGIAS que circulavam no século XIX, podemos encontrar uma linha de pensamento articulada à retomada das concepções de Tomás de Aquino, cujo expoente foram as obras de José Soriano de Souza, autor pernambucano comentado por Franca em seu livro *Noções de História da Filosofia* (1937).

A completa autonomia da Psicologia com relação à Filosofia se deu, sobretudo, no seio da cultura anglo-saxã e norte-americana. No século XX, a crescente americanização do mundo ocidental permitiu que a Psicologia filosófica, que vigorou fortemente no século XIX, fosse suplantada por uma Psicologia mais pragmática, experimental e nem sempre atenta às possíveis interlocuções de seus saberes com o campo filosófico. A Psicologia científica era responsável por investigar e obter resultados sobre a estrutura e funcionamento do ser humano, bem como pesquisar a lógica infantil como subsídio para práticas escolares, mas não era vista por Franca como uma ciência normativa. Desse modo, parecia ser insuficiente para dar sustentação à concepção antropológica necessária à educação. Sua insuficiência advinha de ela estudar a estrutura e funcionamento do psiquismo humano, mas não era seu objeto a finalidade para a qual o ser humano foi criado: a consciência de si e do mundo, a liberdade e a tendência para o bem. Estavam implicadas nisso, a necessidade de que a educação se orientasse para as questões últimas tais como o significado e o ideal da vida, o sentido da morte ou do mal, as razões do sacrifício e do bem comum, o desejo de saber e de verdade, a origem e o destino de cada um etc. Para o enfrentamento dessas questões era fundamental a educação das faculdades sensitivas, da inteligência e da vontade. Entretanto, não havia como educar a vontade sem lançá-la às suas finalidades últimas, ou seja, à ontologia. Daí a importância da Filosofia no campo educacional e de que a Psicologia dialogasse mais estreitamente com os aportes filosóficos de suas concepções. Assim, intelectuais católicos como Leonel Franca sistematizaram e divulgaram saberes e práticas em Psicologia e Educação em diálogo com a Filosofia e com a Ciência, tentando valorizar a tradição educacional já presente no Brasil.

Fontes

- FRANCA, Leonel E. (1943) [1828]. *Noções de História da Filosofia*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional.
- FRANCA, Leonel E. (2019) [1954]. *A formação da personalidade*. Campinas: Kírion.
- FRANCA, Leonel E. (2019a). *A crise do mundo moderno*. Campinas: Ecclesiae.
- FRANCA, Leonel E. (2020). *O ideal, a educação e a personalidade*. Paraná: Calvariae.
- FRANCA, Leonel E. (1937) [1933] *A Psychologia da Fé*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, António Alberto Banha (1984). *Contributos para a História da Mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.
- ARDUINI (2011), Guilherme R. Centro Dom Vital e o campo intelectual brasileiro. Associação Brasileira de História das Religiões. V. 11. Disponível em <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/85>. Acesso em: 05.11.2024
- ARENDT, Hannah (1999)[1958]. *A condição humana*. Trad. R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ASSIS, Raquel M. (2021). Psicologia pedagógica e desenvolvimento das funções psicológicas complexas: uma proposta entre tradição e renovação educacional. *Memorandum*. Belo Horizonte, vol. 38, pp. 1-25. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/26329>. Acesso em 09.07.2024.
- ASSIS, Raquel M. (2016). A divulgação da psicologia pela cultura escrita impressa e seus jogos de apropriações. Em: Raquel Martins de Assis, Sávio Passafaro Peres. *História da psicologia: tendências contemporâneas*. Belo Horizonte: Ed. Artesã, 2016, p. 207 – 231.
- BATISTA, Rodolfo Luís Leite (2022). *Para orientar a juventude: a construção de um projeto de Psicologia Escolar e Educacional*. Curitiba: Appris.
- BRAVO, Riviane. B. (2019). *Apropriações da obra de Lazurski e as contribuições de Helena Antipoff para o estudo da personalidade na psicologia e na educação*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CARVALHO, Mário Santiago (2018) *O Curso Aristotélico Jesuíta Conimbricense*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Disponível em https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=100fDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=conimbricens&ots=uGTWgMqfsT&sig=SJUUTQ_2DuYHgQ0wVjzcMtEjj8o&redir_esc=y#v=onepage&q=conimbricens&f=false. Acesso em 07.05.2024.
- COLOMBO, Emanuele; ROCHINI, Marco (2014). Identità e missione. Gesuiti italiani e missioni popolari tra Antica e Nuova Compagnia. *Rivista di Storia del Cristianismo* 11/2: 285-302.
- DE LA VAISSIÈRE, Jules (1916) *Psychologie pédagogique. L'enfant. L'adolescent. Le jeune homme*. Paris: Gabriel Beauchesne et ses fils, éditeurs.

- FABRICIO, Edison (2019). *A fé na educação: a trajetória, a obra e o “apostolado intelectual” do Pe. Leonel Franca*. (Tese de Doutorado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- GÓIS, Manuel de. (1593) *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatus Iesu, in Libros Aristotelis, qui Parvia Naturalia Apellantur*. Lisboa, Simão Lopes.
- GÓIS, Manuel de. (1602) *Comentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu, in Tres Libros de Anima Aristotelis Stagiritae*. Veneza: Vincenzo Amadino. (original de 1598)
- GÓIS, Manuel de. (1957a) *Curso Conimbricense: Moral a Nicômaco, de Aristóteles*. Trad. António Alberto Banha de Andrade. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. (Original de 1593)
- GÓIS, Manuel de. (1957b) *Disputas dos Cursos Conimbricenses sobre os Livros de Moral a Nicômaco de Aristóteles em que se contém alguns dos principais capítulos da moral*. Tradução de António Alberto Banha de Andrade, Lisboa: Instituto de Alta Cultura, (original de 1593).
- GOMES, Angela Maria de Castro. C. & HANSEN, Patrícia Santos (orgs.) (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUTIERREZ, Laurent; BESSE, Laurent; PROST, Antoine. (2012). *Réformer l'école. L'apport de l'Éducation nouvelle (1930 – 1970)*. Presse Universitaires de Grenoble: Fontaine.
- MASSIMI, Marina (2023). *História dos saberes psicológicos na cultura brasileira*. São Paulo: EDUSP.
- OLIVEIRA, Natália Cristina (2021). Trajetória intelectual do padre Leonel Franca: catolicismo e ensino religioso no Brasil (1908-1948). *Revista Brasileira de História da Educação*. 21, e168, pp. 1-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/wrzyYSvj9ZKjSTcQDtPmDrs/abstract/?lang=pt>. Acesso em 09.07.2024.
- OLIVEIRA, Natália Cristina; CAMPOS, Névio & SKALINSKY JÚNIOR, Oriomar (2019). O modelo católico de ensino superior no Brasil: Padre Leonel Franca e a criação da Pontifícia Universidade Católica – PUC. *Revista Internacional de Educação Superior*. V.5, pp. 1-26. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653644>. Acesso em 09.07.2024.
- O'MALLEY, John W. (2017). *Uma história dos jesuítas: de Inácio de Loyola a nossos dias*. São Paulo: Edições Loyola.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1994.
- PIÑEDA, Maria Andrea (2003). La filosofía neoescolástica em la formación de psicólogos argentinos. El caso de la Universidad Nacional de Cuyo, sede San Luis: 1958 – 1966. *Fundamentos en Humanidades*. Vol. 4, n. 7/8, pp. 79 – 101. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/184/18400805.pdf>. Acesso em 09.07.2024.
- VIDAL, Diana. G. (2013). 80 anos do manifesto dos pioneiros da educação nova: questões para debate. *Educação e Pesquisa*. Vol. 39, n. 3, pp. 577 – 588. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/L9NXYsJMYvyRSvPfPxZRgSq/>. Acesso em 09.07.2024.
- YAMAMOTO, Oswaldo H. (2006). Graduação e pós-graduação em psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*. Vol. 3, n. 6, pp. 270-281. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/110>. Acesso em 09.07.2024